

2. A profissões da profissão política

Leôncio Martins Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM. *Mudanças na classe política brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. A profissão da profissão política. pp. 23-50. ISBN: 978-85-7982-011-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

2. As profissões da profissão política

A massificação da vida política é um fenômeno geral nas sociedades ocidentais, que marcha com a consolidação da democracia de massas, a profissionalização da atividade de representação política, a redução do poder das elites e a ascensão às instâncias do poder das classes médias e trabalhadoras, fenômeno que estamos chamando de “popularização da classe política”.

Pode-se tratar, segundo os países, de um processo mais rápido ou mais lento e conjugar mudanças sociais com transformações políticas em extensões e ritmos variados. Mas esses pontos não serão discutidos aqui. Este trabalho limita-se a tentar detectar a manifestação do fenômeno na nossa Câmara dos Deputados.

Entre nós, a redução do espaço ocupado pelas classes altas na CD no curto espaço de tempo de quatro anos deveu-se especialmente ao grande crescimento da votação nos partidos de esquerda na comparação entre as eleições de 1998 e 2002, mostrada no capítulo anterior.

Como é comum nas disputas travadas sob regimes democráticos, as consequências sociais das mudanças políticas não devem ser vistas como dramáticas. O PT não obteve mais de 20% das cadeiras na Câmara Federal. Assim, no final, para dizer o mínimo, o resultado da eleição de 2002 não foi agradável para as classes altas e para os perdedores. Mas as perdas podem ser consideradas suportáveis e passíveis de reversão pelas legendas partidárias preferidas pelas camadas de alta renda e escolaridade.

Apesar disso, os prejuízos tiveram consequências na composição social da CD. (Deixamos de lado os efeitos óbvios decorrentes da perda do Executivo federal, que não faz parte de nossa pesquisa.) Basicamente, as flutuações partidárias ocorridas em 2002 correlacionam-se à ascensão da importância de certas fontes de recrutamento para a classe política, especialmente daquelas que vêm das camadas populares e se utilizam mais frequentemente dos sindicatos e das igrejas pentecostais para entrar na classe política.

Uma casa para todos os brasileiros

O *site* da Câmara dos Deputados na internet traz logo na sua abertura a informação: “A Casa de Todos os Brasileiros”. O dístico é generoso, mas enganoso. A classe política, ou os que comandam o sistema político, é sempre bastante minoritária com relação ao eleitorado, ou seja, os que teoricamente representam. E nem poderia ser de outro modo. A probabilidade de o cidadão comum chegar a uma posição política importante é sempre muito reduzida e diminui ainda mais segundo a importância e o número de cargos em disputa. Para a Presidência, nos países presidencialistas, aproxima-se de zero. A probabilidade é tanto menor quanto maior o número de eleitores, porque o corpo eleitoral tende a aumentar mais, e mais rapidamente, do que o corpo político.

A probabilidade de um eleitor vir a ocupar uma cadeira na CD, estando 513 cargos em disputa, é certamente muito maior do que a de eleger-se presidente.¹ A afirmação poderia ser válida para outras instâncias do poder, sendo as probabilidades de êxito comandadas pela regra: quanto mais importante o cargo, menor o seu número — vale dizer, menor o número dos que podem ocupá-lo e maiores os obstáculos a superar. Logicamente, para esses cargos, o número de competidores é menor. No caso da CD, formalmente 513 cadeiras estão à disposição de todos os brasileiros, ou, mais exatamente, de todos os eleitores, com as chances variando segundo a magnitude de cada Estado, quer dizer, segundo o número de cadeiras que lhe cabe na dimensão do eleitorado.

Contudo, além das distribuições estatísticas, “na prática”, as chances de conseguir uma cadeira na CD distribuem-se muito desigualmente entre os brasileiros (e entre todos os cidadãos em qualquer parte do mundo). Como regra geral, se todos os demais fatores forem iguais, a probabilidade de acesso de um brasileiro à Casa de Todos os Brasileiros, na condição de deputado, é significativamente maior para alguns segmentos ocupacionais e menor para outros. Em termos estatísticos, para quem vem de determinados meios sociais, é quase nula a probabilidade de que venha a ocupar uma cadeira na CD. Como regra geral, as chances de entrada para a classe dos

¹ As probabilidades, é claro, variam em cada colégio eleitoral estadual segundo o número de eleitores e a magnitude do colégio, ou seja, o número de cadeiras que cabe a cada Estado.

políticos profissionais são sempre bem mais baixas para pessoas das classes baixas e mais altas para as de classes altas.

Mas não gostaríamos que essa afirmação assumisse uma conotação demagógica e populista, do tipo: “no Brasil, em nossa sociedade elitista e autoritária, as classes baixas estão excluídas do jogo de poder”; “as posições de comando estão reservadas às elites” etc. Como indica a composição de alguns Legislativos de países democráticos e de renda mais bem distribuída do que a do Brasil, as profissões manuais e de baixo *status* não se encontram presentes significativamente nos Legislativos de todo o mundo. Em outros termos: algumas categorias sócio-profissionais não conseguem fazer-se representar por pessoas saídas do próprio meio e também não é seguro que os que vêm de um dado meio social, profissional ou ocupacional, se comportem, quando eleitos e distantes de suas origens ou região, como “representantes” ou, ainda, que sejam melhores representantes do que outros, de outra origem social.

A situação brasileira, nesse aspecto, não é uma exceção. A representação política, nas democracias, é tarefa dos políticos, de um corpo de profissionais que, do ponto de vista psicológico individual, possui certas habilidades e ambições que não estão ao alcance ou não são partilhadas pelos cidadãos comuns. Do ponto de vista social, os que entram na política vêm geralmente de certos círculos profissionais e familiares que proporcionam uma socialização política informal desde muito cedo e que desenvolvem habilidades especiais para a entrada, permanência e ascensão nos variados escalões do sistema de poder.

Essa colocação restringe a força da afirmação genérica anterior que situa diretamente o rendimento familiar elevado como a variável mais fortemente correlacionada à entrada na chamada vida pública. Na realidade, muitos outros elementos são importantes, como procuraremos mostrar mais adiante. Uma análise um pouco mais sofisticada mostraria que, *no interior das diferentes faixas de renda, existem atividades profissionais específicas que facilitam a entrada na classe política, oferecendo trampolins de ascensão em setores sócio-profissionais específicos de classe alta, média ou baixa.*

Nesses setores, apenas os que vêm de certos meios familiares e redes de parentesco que despertam a ambição política, que desenvolvem certas

habilidades que elevam as probabilidades de êxito no empreendimento, e os que dispõem de certos trunfos institucionais e organizativos são tentados a “entrar para a vida pública”. A grande maioria das pessoas não se interessa pela política. Essa observação não elimina o fato de que, estatisticamente, as classes altas são mais favorecidas para o exercício da política, se mais não for, pelos índices de escolaridade mais elevados, contatos sociais, recursos financeiros, hábito de mando, domínio da palavra, capacidade de liderar e vários outros fatores que ajudam o homem ou a mulher comum a se tornarem uma pessoa pública e a ostentar o diploma de representante do povo.

Contudo, se essa afirmação parece correta no nível macro, o processo político seletivo no nível micro necessita ser mais bem calibrado quando olhamos os segmentos profissionais e ocupacionais, ou os setores das classes sociais que abastecem o pessoal político. Em todos os estratos sociais, camadas ou classes, alguns setores profissionais específicos se destacam como fontes de fornecimento de pessoas que abandonam a profissão original – para a qual foram preparados, geralmente por via da educação ou do treinamento profissional – para tentar a vida política, eufemisticamente designada como “vida pública”.

Nas próximas páginas, procuraremos mostrar os principais meios sócio-profissionais que servem de viveiro para a formação do político profissional, o *homo politicus*, essa nova espécie de ator social que se desenvolve com a democracia política, recrutado, em princípio, de todos os meios sociais, mas de fato, especial e majoritariamente, de alguns deles. Esses meios sociais, estruturados em torno de certas profissões, ocupações e clãs familiares, tendem a se alterar sob o efeito de mudanças na estrutura ocupacional e também (mais direta e rapidamente) sob o efeito de resultados eleitorais que afetam a força dos partidos. Tentaremos verificar o que mudou na composição profissional e ocupacional da Câmara dos Deputados em razão das eleições gerais de 1998 e 2002. Essa comparação possibilitará também localizar os meios profissionais e ocupacionais representados na CD, os quais, de modo mais direto ou menos direto, são indicativos da presença diferenciada das classes sociais na Câmara dos Deputados.

Principais fontes sociais de recrutamento da classe política

O exame comparativo na distribuição ocupacional das duas legislaturas (Tabela 4) mostra alguns elementos de continuidade e outros de mudança. Do lado dos elementos de continuidade está o fato de o recrutamento para o segmento da classe política na CD continuar a vir, se fizermos abstração de suas subdivisões internas, de quatro grandes segmentos profissionais e ocupacionais: (1) o empresarial; (2) as profissões liberais; (3) o magistério e (4) a alta burocracia pública. Considerando-se que vários deputados tinham mais de uma atividade profissional quando foram eleitos pela primeira vez para algum mandato público, a soma dos quatro grandes segmentos profissionais e ocupacionais perfaz pouco mais de 100%, tendo havido uma ligeira diminuição (cerca de 4%) do espaço que esses grupos ocupavam.

A grande maioria dos políticos profissionais na CD continua — e provavelmente continuará — a sair durante certo tempo dos mesmos círculos e segmentos sociais e ocupacionais que são os principais celeiros de abastecimento do pessoal político brasileiro. Relacionado a esse elemento de continuidade está o fato de as mudanças quantitativas nos vários segmentos ocupacionais e profissionais listados na tabela a seguir terem sido relativamente pequenas, o que permite falar no caráter gradual da mudança nas fontes de recrutamento político.

É possível, contudo, encontrar elementos de mudança. Um fator importante, talvez o mais expressivo de todos os que contribuíram para reduzir o espaço dos parlamentares vindos das classes ricas, foi a forte queda, entre as duas CDs, do número de políticos que foram (ou continuam sendo) empresários, particularmente os do setor rural e de atividades mistas. Essa diminuição do número de empresários seguiu-se de pequeno aumento da presença de deputados vindos das classes populares, indicada principalmente, mas não unicamente, no aumento das bancadas informais dos sindicalistas e deputados pentecostais. Mas, no conjunto, foram as classes médias as que mais se beneficiaram das perdas sofridas pelas classes altas. Não houve, pois, nenhuma revolução social, mas abertura de lugar no sistema de poder para os que vinham de baixo, os quais logo se adaptaram às regras, normas, valores e práticas do funcionamento do Legislativo

federal. As perdas para os setores de classe alta não foram desprezíveis. Mas nada ocorreu que não se possa recuperar nas próximas disputas eleitorais.²

Tabela 4: Variação das profissões/ocupações

Profissão/Ocupação	51ªLegislatura		52ªLegislatura	
	N	%	N	%
Empresários urbanos	146	28,5	124	24,2
Empresários rurais	57	11,1	45	8,8
Empresários Mistos	27	5,3	21	4,1
Total dos empresários	230	44,8	190	37
Profissões liberais tradicionais	144	28,1	145	28,3
Outros profissionais	18	3,5	19	3,7
Setor público	103	20,1	121	23,6
Professores	81	15,8	86	16,8
Comunicadores	33	6,4	28	5,5
Pastores	16	3,1	26	3,9
Políticos	5	1,0	16	3,1
Empregados não-manuais em serviço	7	1,4	10	1,9
Técnicos	8	1,6	11	2,1
Metalúrgicos	7	1,4	8	1,6
Trabalhadores agrícolas/lavradores	3	0,65	5	1
Padres	2	0,4	2	0,2
Atleta profissional ³	–	–	2	0,4

² Critérios para definir as variações da dimensão dos ganhos e perdas de cada grupo ocupacional ou profissional são construções arbitrárias. Intuitivamente, comparando-se o ocorrido com os grupos profissionais exibidos na próxima tabela, pode-se classificar a dimensão das variações ocorridas. No caso do setor empresarial como um todo, um declínio de aproximadamente um quinto do número de deputados que eram (ou são ainda) empresários parece-nos uma perda forte. No caso dos empresários rurais, a proporção da perda foi um pouco além de um quarto.

³ Trata-se dos deputados Deley (Wanderley Alves de Oliveira, PSC-RJ) e Ronivon Santiago (José Edimar Ronivon Santiago de Melo, PP-AC). O primeiro foi futebolista profissional, tendo jogado em vários clubes importantes do Rio de Janeiro, São Paulo e no exterior e, posteriormente, trabalhado como técnico de futebol. Nasceu em Volta Redonda (RJ). Possivelmente, por ter sido gerente de futebol do Volta Redonda Futebol Clube, foi nomeado secretário municipal de Esporte e Lazer de Volta Redonda (1997-2002) antes de ser eleito diretamente para a CD nas eleições de outubro de 2002 (fonte: CD). O segundo foi técnico de vários clubes de futebol do Acre (Juventus F. C., Atlético Acreano, Atlético Acreano e Independente F. C.). Ocupou alguns cargos públicos antes de ser eleito diretamente para a CD (Congresso Revisor), de 1991-1995. Foi coordenador da Secretaria de Educação do Estado do Acre; coordenador Municipal de Educação Física, de Rio Branco; diretor administrativo da Secretaria da Saúde de Rio Branco. Entre 1991 e 2005, não

Base de cálculo	513	129,2	513	128,5
Total das profissões/ocupações	657	–	663	–

Os empresários

Como indica a tabela anterior, entre uma legislatura e outra, houve acentuada redução do número de deputados que eram, são ou se tornaram empresários depois de eleitos pela primeira vez. Apesar disso, o setor empresarial continuou como o principal celeiro de abastecimento da classe política para o Legislativo federal. Esse setor, convém lembrar, inclui todos os proprietários de empresas privadas, executivos, comerciantes, industriais, diretores, gerentes, sócios, homens de negócio, fazendeiros, administradores de fazendas, donos e sócios de estações de TV e rádio, proprietários de estabelecimentos comerciais e todos os deputados que tiveram (ou têm) atividades de comando e administração ligadas ao mercado, independentemente do ramo, da dimensão, da importância ou do valor da propriedade, empresa ou patrimônio.⁴

O critério de inclusão no grupo de empresários, como se vê, foi amplo, o que, obviamente, aumentou o peso desse segmento ocupacional na Câmara.⁵ (Nas páginas seguintes, algumas vezes, para facilidade de expressão, os que vieram desse setor serão designados apenas como “empresários”, estando subentendido que poderiam ter-se tornado empresários depois de eleitos.)

Na legislatura anterior, o grupo dos que exerciam algum tipo de atividade empresarial antes de passar para a vida pública chegava a 230 da CD (44,8%). Na CD eleita em 2002, o número caiu para 190 (37%),

contando as filiações e retornos a um mesmo partido, esteve filiado a oito legendas. Em dezembro de 2005 perdeu o mandato de deputado federal (fonte: CD).

⁴ Foram excluídos desse grupo os diretores de empresas estatais, que foram para o grupo da alta burocracia estatal.

⁵ Nesse grupo, provavelmente a margem de erro seja maior por ser mais difícil localizar os que são sócios de empresas ou já tinham alguma vinculação com empresas antes de serem eleitos pela primeira vez. O exame das declarações patrimoniais fornecidas pelos candidatos aos Tribunais Regionais Eleitorais facilitou a localização dos que eram empresários, mas não resolveu inteiramente as dificuldades de classificação, porque frequentemente as declarações eram falhas ou incompletas.

diminuição de cerca de 17,4% no número de deputados desse meio ocupacional.

Foi do Nordeste, nas duas legislaturas, que veio o maior número de deputados do setor empresarial, tanto em termos relativos quanto absolutos. Pelos Estados nordestinos, foram eleitos 75 parlamentares na 51ª Legislatura (14,6% da CD) e 60 na 52ª (11,7%). Em segundo lugar, muito próximo, vem o Sudeste. Nessa região, na 51ª Legislatura, foram eleitos 71 deputados do mundo empresarial (13,8% da CD) e, na 52ª Legislatura, 52 deputados, o que representa 10,1% do total da CD. A comparação entre as duas legislaturas mostra uma diminuição desse grupo de cerca de 27%.

Tabela 5: Distribuição da porcentagem de empresários no total de deputados por região

Região	51ª Legislatura		52ª Legislatura	
	N	%	N	%
Deputados				
Norte	33	14,6	30	15,8
Nordeste	75	32,7	60	31,6
Sudeste	71	30,9	52	27,4
Sul	33	14,3	33	17,4
C.-Oeste	18	7,8	15	7,8
Total de empresários	230	100	190	100

O cálculo da contribuição das regiões para o total de parlamentares que são ou foram empresários é afetado pelo número de cadeiras de cada região na CD. Em outros termos: se todos os demais fatores forem iguais, a probabilidade de haver mais parlamentares originários do meio empresarial é maior se essa região tiver mais cadeiras na Câmara. O viés decorrente do diferencial no número de parlamentares na CD pode ser controlado considerando-se o peso relativo do setor empresarial no interior da bancada de cada região, quer dizer, as porcentagens de deputados que foram (ou são ainda) empresários em relação com o número de representantes de cada uma das cinco grandes regiões na CD.

A proporção de empresários declinou nas bancadas de todas as regiões, exceção feita ao Sul, onde permaneceu praticamente a mesma. As perdas maiores foram no Sudeste e no Nordeste, justamente as regiões com maior número de cadeiras na Câmara. Contudo, apesar disso, a proporção de deputados que tinham atividades empresariais continuou bem elevada, como vimos na tabela anterior.

Nas eleições de 1998, os empresários representavam cerca da metade do total das bancadas do Nordeste e do Norte. Mas as perdas desse segmento ocupacional foram grandes nas eleições de 2002, especialmente no Sudeste e no Nordeste. No Sudeste, a “bancada empresarial” caiu para menos de 30%. No Norte, como resultado das eleições de 1998, 33 das 65 cadeiras a que essa região tinha direito na CD foram ganhas por parlamentares que tinham sido (ou são ainda) empresários. Nas eleições de 2002, o número caiu para trinta. Apesar disso, quase a metade dos parlamentares eleitos na região Norte veio do meio empresarial.

Tabela 6: Empresários por região

Região	51ª Legislatura	52ª Legislatura
Norte-65 cadeiras	33(50,8%)	30(46,2%)
Nordeste-151 cadeiras	75(49,7%)	60(39,7%)
Sudeste-179 cadeiras	71(39,7%)	52(29,1%)
Sul-77 cadeiras	33(42,9%)	33(42,9%)
C.-Oeste-41 cadeiras	18(43,9%)	15(36,6%)
Total	230(100%)	190(100%)

A redução do número total de empresários na CD entre as duas legislaturas foi particularmente influenciada pelos resultados eleitorais de São Paulo e da Bahia, colégios eleitorais importantes, onde a redução da “bancada empresarial” foi mais forte. Em São Paulo, 28 deputados do setor empresarial foram eleitos em 1998, número que caiu para 14 em 2002, o que representa 20% da bancada paulista (contra 40% em 1998). Já na Bahia (39 cadeiras na CD), o número de empresários eleitos por esse colégio eleitoral caiu de 19 para 11 (em termos proporcionais, de 48,7% para 28,2%). Nos demais Estados, as perdas da bancada empresarial foram menores.⁶

Os empresários urbanos

Até agora, consideramos em bloco o grupo de parlamentares que eram (ou são ainda) empresários, deixando de lado as diferenças de ramo e setor de atividade. Mas, como vimos, houve variação diferencial de perdas e ganhos no interior de cada grande setor de atividade empresarial (urbano, rural e misto). Como indica a Tabela 4, na página 39, entre os políticos que

⁶ Os números relativos a cada Estado não foram apresentados nas tabelas para não sobrecarregar demasiadamente o leitor com excesso de dados fragmentados.

tinham profissões/ocupações empresariais do meio *urbano*, 124 foram eleitos em 2002, contra 146 na eleição anterior, diminuição de 15,1%, portanto. No caso dos deputados que eram (ou são ainda) empresários rurais,⁷ a queda foi um pouco mais acentuada, de 57 para 45 (perda de aproximadamente 21%). No entanto, foi ligeiramente maior a queda entre os empresários com atividades conectadas entre os meios urbano e rural, como agronegócio (que vamos denominar de empresários “mistos” para facilidade de expressão). A redução foi de 22,2% (27 para 21, ver Tabela 4).

A redução da bancada empresarial urbana ocorreu em todas as regiões, com exceção do Norte. No pleito de 1998, 41 parlamentares que eram (ou ainda são) empresários com atividades no setor urbano foram eleitos no Nordeste. Em 2002, o número baixou para 34, perda de 17,1%. Na região Norte, contudo, subiu de 19 para 23 o número de parlamentares que vieram do meio empresarial urbano (crescimento de 21,1%).

Contribuíram fortemente para o declínio desse subgrupo as perdas sofridas no colégio eleitoral de São Paulo. Em 1998, houve 22 casos de deputados paulistas eleitos para a CD que vieram do setor empresarial urbano, número que equivale a 31,4% das 70 cadeiras a que São Paulo dispõe na CD. Em 2002, somente 11 empresários paulistas do meio urbano foram eleitos, isto é, 15,7% dos deputados paulistas, o que representa uma perda de 50%.

Tabela 7: Empresários urbanos por região

Região	51ªLegislatura	52ªLegislatura
Norte	19(13%)	23(18,5%)
Nordeste	41(28,1%)	34(27,5%)
Sudeste	51(34,9%)	36(29%)
Sul	25(17,2%)	24(19,4%)
C.-Oeste	10(6,8%)	7(5,6%)
Total	146(100%)	124(100%)

Os empresários rurais

⁷ Estão nesse subgrupo os parlamentares que se declararam pecuaristas, agropecuaristas ou empresários rurais sem especificação.

O grupo dos deputados com atividades rurais baixou de 57 para 45 (em termos percentuais, perda de 21%). Pesou fortemente para a redução do espaço da “bancada rural” na CD as perdas sofridas no Norte e no Nordeste. No caso do Norte, o número de deputados que eram empresários rurais caiu de 13 para sete e, no Nordeste, de 23 para 17. Para a redução da bancada rural nordestina contou especialmente o resultado da Bahia, onde o número de deputados que eram empresários rurais caiu de sete para dois. Na região Sudeste, os prejuízos foram pequenos (de 12 para dez deputados), enquanto no Centro-Oeste e no Sul praticamente não houve alteração com relação à eleição de 1998.

Tabela 8: Empresários rurais por região

Região	51ªLegislatura	52ªLegislatura
Norte	13(22,8%)	7(15,6%)
Nordeste	23(40,4%)	17(37,8%)
Sudeste	12(21%)	10(22,2%)
Sul	4(7%)	5(11,1%)
C.-Oeste	5(8,8%)	6(13,3%)
Total	57(100%)	45(100%)

Os empresários com atividades mistas

No interior do grupo de parlamentares vindos do setor empresarial, os deputados que eram (ou são ainda) empresários com atividades mistas formam um grupo pequeno: menos de um quinto do conjunto da bancada empresarial. A maior parte foi eleita por Estados do Nordeste (11 e nove casos nas duas legislaturas, respectivamente) e do Sudeste (oito e sete, respectivamente). Pernambuco e Paraná (quatro nas duas legislaturas) e Minas Gerais (cinco casos na legislatura eleita em 1998 e quatro na de 2002) foram os Estados que elegeram mais deputados que eram empresários desse setor. No conjunto desse subgrupo, houve declínio de 27 para 21 parlamentares (22,2%).⁸

⁸ Os números para cada Estado não foram apresentados nas tabelas pelos motivos já especificados.

Tabela 9: Empresários mistos por região

Região	51ªLegislatura	52ªLegislatura
Norte	1(3,7%)	–
Nordeste	11(40,7%)	9(42,9%)
Sudeste	8(29,7%)	7(33,3%)
Sul	4(14,8%)	4(19%)
C.-Oeste	3(11,1%)	1(4,8%)
Total	27(100%)	21(100%)

Como vimos, entre as duas disputas eleitorais, diminuiu a proporção de deputados originários do setor empresarial. As perdas mais fortes, proporcionalmente, localizaram-se no grupo de empresários mistos, seguidos dos empresários rurais. De modo geral, essas tendências sugerem o declínio das elites políticas vindas do setor com atividades rurais, fenômeno ao qual se relaciona habitualmente o crescimento do eleitorado urbano, o aumento da escolaridade das classes populares, o avanço da sindicalização, o surgimento de novas elites políticas (empresários, segmentos de classe média e trabalhadora, médio funcionalismo, professores da rede pública e pastores das igrejas pentecostais).

Mas, com a diminuição do número de parlamentares que apresentavam (ou apresentam) atividades rurais, aconteceu a queda dos que eram (ou são) empresários urbanos. Esse fato reforça a hipótese de que a perda de importância do meio empresarial como fonte de recrutamento para a classe política brasileira deve-se mais a variáveis de natureza política do que socioeconômica ou demográfica, como procuraremos mostrar adiante.

*A redução da dimensão do grupo dos deputados que vieram do meio empresarial é fortemente indicativa da diminuição da importância das camadas de renda elevada no interior da classe política.*⁹ O cruzamento entre as variáveis ocupação/profissão e valor do patrimônio mostrou estreita correlação entre deputados que tinham sido ou eram ainda empresários e o

⁹ Em pesquisa anterior, referente à 51ª Legislatura, foi possível obter as declarações patrimoniais de 401 parlamentares (78,2%) fornecidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais. Posteriormente, com auxílio do site do jornalista da *Folha de S.Paulo* Fernando Rodrigues, com dados publicados pelo Controle Público e publicado parcialmente na *Folha de S.Paulo* em 9 e 10/9/2002, chegamos a 484 declarações, ou seja, 94,3% do total de parlamentares.

valor do patrimônio declarado nos tribunais regionais eleitorais de seus Estados.

Não há razão para acreditar que essa correlação tenha deixado de existir e que a diminuição do número de deputados que eram (ou são) empresários não seja indicativa da diminuição do número de deputados de elevado patrimônio no interior da CD, quer dizer, de renda elevada. (Voltaremos a esse ponto no capítulo 4.)

Os profissionais liberais

Após os empresários, em ordem de importância quantitativa, o segundo meio ocupacional de recrutamento para a classe política é o das profissões liberais tradicionais tomadas em conjunto. Médicos, advogados e engenheiros, nesse grupo, predominam amplamente. Na 51ª Legislatura, havia apenas um ex-farmacêutico. Na 52ª, o grupo dos profissionais liberais diversificou-se ligeiramente com a entrada de três dentistas, dois veterinários e dois farmacêuticos. No conjunto, o grupo dos políticos que exerciam alguma profissão liberal praticamente não sofreu alteração na passagem das legislaturas que estamos examinando: na 51ª Legislatura, contabilizamos 144 casos (28,1%) da CD e, na 52ª, 145 (28,3%).

Isoladamente, e do ângulo de uma atividade profissional *efetivamente* exercida antes da obtenção do primeiro mandato, na CD eleita em 2002, os médicos compõem o grupo mais numeroso: 11% na 52ª e 12% na anterior. Esses números sugerem que a própria atividade médica (em hospitais públicos e outras instituições de saúde, além de postos importantes em órgãos do Estado ligados à rede de saúde) pode ser um bom trampolim para a entrada na vida pública. O Brasil, aliás, possui tradição de ter médicos entre grandes chefes políticos. Para citar apenas alguns poucos exemplos mais conspícuos: Adhemar de Barros, governador do Estado de São Paulo em duas ocasiões, várias vezes candidato à Presidência da República; Juscelino Kubitschek — seguramente o mais famoso de todos os médicos que chegaram à Presidência da República — e, mais recentemente, o governador Geraldo Alckmin.

A importância do grupo de profissionais liberais como celeiro de abastecimento da classe política varia regionalmente. Na comparação entre

as cinco grandes regiões do país, foi entre os deputados nordestinos que a presença de profissionais liberais foi mais forte. Como indicado na tabela abaixo, mais de um terço das 151 cadeiras da “bancada nordestina” é composto por ex-profissionais liberais.

Tabela 10: Profissionais liberais por região

Região	51ªLegislatura	52ªLegislatura
Norte-65 cadeiras	15(23,1%)	12(18,5%)
Nordeste-151 cadeiras	55(36,4%)	54(35,8%)
Sudeste-179 cadeiras	42(23,5%)	45(25,1%)
Sul-77 cadeiras	21(27,3%)	20(26,0%)
C.-Oeste-41 cadeiras	11(26,8%)	14(34,1%)
Total na CD	144(28,1%)	145(28,3%)

O setor público

O terceiro setor de recrutamento em ordem de importância para a classe política é o serviço público. Desse setor vieram (ou por ele passaram rapidamente como um estágio para a política) 103 deputados (20,1%) da 51ª Legislatura e 121(23,6%) da 52ª. Nesse número estão incluídos cinco casos de ex-militares das Forças Armadas e das polícias militares estaduais da 51ª Legislatura e seis da 52ª. Excluindo-se os militares — e contando apenas o funcionalismo civil —, chega-se a 98 ex-funcionários para a legislatura eleita em 1998 (19,1% da CD) e 115 (22,4% da CD) para a eleita em 2002, ou seja, houve um aumento de 17,3% na comparação entre os números absolutos de deputados vindos do setor público (com os militares, chega a 17,5%), aumento relativamente expressivo se comparado com o crescimento de outros grupos de profissões e ocupações na CD.

Posteriormente, faremos algumas observações mais detalhadas quanto à natureza do emprego público como fonte de abastecimento ou oficina de preparação de candidatos para a classe política e de distribuição de recompensas, benefícios, pagamentos e troca de favores. No momento, notemos que a passagem de funcionários para a vida política está limitada quase exclusivamente aos que ocupavam funções e cargos elevados na administração pública, setores que poderiam ser classificados de alta

burocracia pública.¹⁰ Tendo-se em conta todos os setores do funcionalismo (municipal, estadual e federal), mas excluindo-se os militares e os membros do baixo funcionalismo, há 94 casos na 51ª Legislatura e 103 na 52ª de políticos que vieram da alta burocracia do Estado antes de conseguirem o primeiro mandato para a vida pública. Esses números representam 91,3% e 85,1%, respectivamente, do total de funcionários que tiveram emprego no Estado antes de conseguirem um primeiro mandato e 18,3% e 20,1% do total da CD nas duas legislaturas.

Eles indicam, em primeiro lugar, o aumento do setor público como uma fonte de abastecimento político da Câmara; em segundo lugar, mostram que, entre os funcionários públicos que conseguem chegar à CD, é muito reduzida a parcela de pequenos funcionários: 3,9% na 51ª Legislatura (quatro casos num total de 103) e 9,9% na 52ª (12 casos num total de 121). Em terceiro lugar, percebe-se por essas últimas porcentagens que entre uma eleição e outra aumentou a participação do baixo e médio funcionalismo, ou seja, dos que se declararam simplesmente “servidores públicos”, dado que novamente indica o aumento da presença das classes médias na política brasileira.

A expansão do espaço do setor público na CD decorreu principalmente do aumento de parlamentares recrutados da alta burocracia dos governos estaduais (de 47 para 57), municipais (oito para 15) e de ex-funcionários da administração intermediária (de quatro para 12).

No exame da Tabela 11, na página seguinte, chama a atenção a queda, ainda que pequena, dos parlamentares que vieram da alta burocracia *federal* entre as duas legislaturas: de 25 para 21. Esse decréscimo vai novamente no sentido da diminuição da proporção de membros das classes altas na CD. Com o mesmo significado pode-se entender o crescimento do número de servidores públicos de nível intermediário ou da média burocracia,¹¹ que aumentou três vezes: quatro para 12. Como veremos

¹⁰ Foram incluídos na alta burocracia os seguintes cargos e funções: diretores e chefes de departamento, chefes e assessores de gabinete, diretores de empresas e de bancos estatais, procuradores, promotores, fiscais de renda e delegados de polícia. Cinco oficiais das polícias militares estaduais, na 51ª Legislatura, e seis na 52ª não foram incluídos.

¹¹ Os números da Tabela 11 devem ser entendidos como uma indicação de uma possível margem de erro difícil de detectar. Nem sempre as fontes, principalmente os perfis biográficos elaborados pelos parlamentares, são precisas nas indicações das *datas* de

posteriormente, a diminuição do recrutamento na alta burocracia federal tem relação com as alterações no mapa partidário da CD, particularmente com a diminuição do número de cadeiras do PFL.

Tabela 11: Cargos no setor público

Setor Público	51ª Legislatura	52ª Legislatura
	N	N
Altos Cargos do governo federal	25(4,9%)	21(4,1%)
Altos Cargos do governo estadual	47(9,2%)	57(11,1%)
Altos Cargos do governo municipal	9(1,8%)	15(2,9%)
Diretores de bancos (federais, estaduais e municipais)	13(2,5%)	10(1,9%)
Militares (Forças Armadas e PM)	5(1%)	6(1,2%)
Funções e Cargos da administração (federais, estaduais e municipais)	4(0,8%)	12(2,3%)
Total na CD	103(20%)	121(23,6%)

O número de ex-assessores e ex-chefes de gabinete é elevado entre os deputados que tiveram algum cargo público. Agregando-se as administrações pública federal, estaduais e municipais, há 23 deputados (4,5% da CD) na 51ª Legislatura e 31, na 52ª (6%) que foram assessores ou chefes de gabinete nos governos e legislativos federais e estaduais pouco antes de serem eleitos para um primeiro mandato.

As funções de assessoria e chefia de gabinete servem, geralmente, de via de acesso inicial para os aspirantes a políticos. *Entra-se para o serviço*

exercício dos cargos que ocupavam *antes* de obter um primeiro mandato. Apesar disso, as carreiras profissionais expressas nos perfis biográficos possibilitam, de alguma forma, a localização na hierarquia do funcionalismo. As indicações que utilizamos foram: (1) a profissão declarada nos perfis biográficos elaborados pelos próprios parlamentares; (2) o nível de escolaridade; (3) a carreira profissional; (4) as instituições onde trabalharam e, especialmente, (5) as funções que exerciam no setor público quando foram eleitos na primeira vez. Por exemplo: na 52ª Legislatura houve cinco casos de parlamentares que se classificaram de “servidor” ou “funcionário público”. Em três outros casos, os parlamentares assinalaram apenas “advogado” como profissão. Mas, em dois desses deputados, o exame das atividades profissionais indicadas sugere que o diploma foi tomado como sinônimo de atividade profissional, indicação que não coincidia com nosso critério de atividade efetivamente exercida. Em seis casos, todos acrescentaram o termo “técnico” em sua atividade profissional pré-política na administração pública (técnico legislativo, eletrotécnico, técnico de tributação, técnico judiciário ou simplesmente técnico).

público para entrar na vida pública, ou melhor, ocupa-se um cargo público importante para aumentar o cacife para participar do jogo político. Trata-se aqui de empregos na burocracia estatal que decorrem de amizade, relações partidárias ou de parentesco com chefes políticos com postos importantes no Executivo ou no Legislativo. São funções de confiança que supõem vínculos de lealdade pessoal com as lideranças mais velhas e mais poderosas, com mais tempo na vida pública. Mais do que um simples emprego no setor público (usado habitualmente para recompensar seguidores e aliados), as funções de chefia de gabinete e assessoria destinam-se frequentemente a habilitar os membros das novas gerações para o exercício do poder.¹²

Por isso, a função de assessor ou chefe de gabinete não equivale exatamente a outros empregos públicos, não importando se obtidos por indicação clientelística, por concurso ou por alguma outra forma de escolha. Contudo, na tabela anterior, os deputados que tiveram essas funções de assessoria e chefia de gabinetes foram incluídos entre os que exerceram outras funções públicas. A intenção foi manter o critério adotado para a classificação profissional ou ocupacional dos parlamentares (último emprego ou ocupação antes da obtenção do primeiro mandato) e mostrar o papel do setor público não como simples armazém de abastecimento da classe política, mas como uma oficina de preparação para a vida política.

Assim, *stricto sensu*, os políticos que ocuparam posições de chefia de gabinetes ou assessores não são funcionários do Estado. As assessorias e chefias de gabinete foram apenas uma rápida etapa preparatória para a atividade política futura a que um parente ou *protege*, geralmente bem mais jovem, vai dedicar-se ao término dos estudos, às vezes antes.

A variação do número dessas situações no interior da classe política não é um bom indicador do aumento ou declínio da importância do setor público como fonte de quadros para a política, porque não se trata de funcionários ou servidores do Estado que entram para a vida pública, mas de pré-políticos que *passam* pelo serviço público para entrar para a política. Considerando esses aspectos, se retirarmos do setor público os assessores e

¹² As funções de secretários de governos municipais ou estaduais, cargos políticos por excelência, não foram incluídas no funcionalismo público. Examinaremos, ao final desta seção, essas vias de ascensão.

os chefes de gabinete, a contribuição da burocracia estatal como um dos celeiros de abastecimento da classe política representada na CD brasileira baixa para 80 casos (15,6%) e 90 (17,5%), nas duas legislaturas, respectivamente.

Essas observações não significam que todas as atividades de assessoria e chefia de gabinetes sejam preparatórias para a vida pública. É possível, em muitos casos, que essas funções e outras equivalentes sirvam de recompensa a companheiros, servidores, parentes ou amigos que compõem o séquito de um chefe político, sem que essas pessoas tenham pretensão de tentar uma carreira política e, conseqüentemente, de serem futuros competidores do chefe. São formas de recompensa de membros do círculo de apoio e não de preparação de futuros políticos.

Assim, as finalidades das funções de chefias de gabinete e assessorias pessoais são variadas. Em alguns casos, servem para a preparação dos herdeiros dos patriarcas de parentelas de políticos, fornecendo-lhes um apoio financeiro enquanto completam os estudos e possam tentar um mandato logo depois da obtenção de um diploma de nível superior. Em outros casos, destinam-se mais a recompensar o séquito de apoio ao partido ou, mais comumente no Brasil, ao chefe político. Algumas vezes, os assessores podem ter qualificação profissional elevada, mas, sem vocação ou capacidade para a vida política, ficam satisfeitos onde estão.

As funções de chefias de gabinete ou de assessoria estão na fronteira entre atividades administrativas e políticas, compondo uma equipe técnica e política (e às vezes um círculo de amizade) que os chefes políticos, quando ascendem, levam consigo para novas funções. Essas atividades configuram um tipo de profissional que pode ser definido, apesar de o emprego ser pago pelo Estado, como assessores políticos pessoais que circulam em torno do poder e passam de um cargo para outro aos azares dos resultados eleitorais.

Esse tipo de profissional tende a existir em toda parte, variando apenas seu número e os controles da opinião pública sobre seu uso. A profissionalização da atividade política e a complexidade da administração pública contemporânea aumentaram a importância e o número desses assessores, sem os quais os chefes políticos têm dificuldade para atuar e encontrar algum tipo de resposta para as múltiplas questões especializadas que a política contemporânea põe na arena pública.

Entre nós, o uso do aparelho estatal para fins políticos, em comparação a países com maior transparência e vigilância sobre seus representantes, envolve uma relação de patronagem, de clientelismo e de fidelidade de cunho pessoal e apartidário. Os chefes políticos, como aparece quase todos os dias nos meios de comunicação, usam e abusam da administração pública como forma de distribuição de benefícios seletivos e recompensas individuais por serviços políticos pessoais que lhes são prestados, mas que não pagam do próprio bolso. (Não estamos considerando os casos de nepotismo e as ações destinadas a “arrumar a vida” de parentes.)

A utilização do aparelho estatal para fins partidários, porém, é prática geral, utilizada em toda parte como uma espécie de prêmio concedido sem alarde aos partidos vencedores, um direito de colonização do aparelho estatal e de seu loteamento entre os companheiros. Seria equivocado considerar que essa prática “só acontece entre nós”.¹³

Mas voltemos ao exame do grupo de parlamentares que vieram do setor público. Em termos quantitativos, depois dos que exerceram funções de chefia de gabinete ou de assessores, vem o subgrupo dos que tinham sido diretores de autarquias e diretores de bancos estatais, cargos da alta burocracia que também dependem de relações político-partidárias. O número de ex-diretores de bancos estatais (federais e estaduais juntos) caiu de 13 para dez casos,¹⁴ o que novamente conta a favor da diminuição da presença das classes altas na CD.

A região que possui a maior proporção de políticos vindos do setor público (assessores e chefes de gabinete incluídos) é o Nordeste, seguido do Sudeste, ambos com mais de um quarto de casos. Como indica a tabela seguinte, houve aumento da porcentagem de ex-funcionários no Nordeste,

¹³ O cientista político italiano Angelo Panebianco entende, no seu monumental estudo sobre as organizações partidárias da Europa ocidental, que, em muitos casos, se tem “funcionários de partido camuflados”: “Mais do que verdadeiros empregos, trata-se frequentemente de ‘sinecuras’ que permitem ao militante dedicar-se quase em tempo integral à política, mas sem onerar o orçamento do partido com seu salário” (p. 430). *Modelos de Partido. Organización y Poder en los Partidos Políticos* (Madri: Alianza Editorial, 1990 [1 ed. italiana, 1982]). No Brasil, os vínculos de dependência e lealdade provavelmente são mais fortes com a pessoa do chefe político do que com o partido como organização. Mas podem existir, principalmente nos partidos de esquerda.

¹⁴ Na verdade, o número de ex-diretores de bancos *federais* era muito pequeno: dois casos na 51ª Legislatura e dois na 52ª.

Sudeste e Centro-Oeste e diminuição no Sul. No Norte, a porcentagem permaneceu praticamente a mesma.¹⁵

Tabela 12: Setor público por região

Região	N	N
Norte-65 cadeiras	13(20%)	14(21,5%)
Nordeste-151 cadeiras	40(26,5%)	44(29,1%)
Sudeste-179 cadeiras	35(19,6%)	47(26,3%)
Sul-77 cadeiras	9(11,7%)	8(10,4%)
C.-Oeste-41 cadeiras	6(14,6%)	8(19,5%)
Total na CD	103(20,1%)	121(23,6%)

Antes de encerrar a parte referente ao setor público como fonte de recrutamento político, vale a pena trazer uma informação geral sobre as relações simbióticas entre a ocupação de setores do Estado e a carreira política. Na Tabela 13, que indica os níveis do funcionalismo de onde veio grande parte dos deputados das duas legislaturas, não constou o número de políticos que exerceram, *antes de vencer alguma eleição*, alguma função no setor público decorrente de nomeação ou indicação partidária. Referimo-nos às indicações políticas legítimas para altos cargos no governo como ministros (poucos casos) e secretários de governo (a imensa maioria). Quase todos os dados levantados referem-se a cargos ocupados *antes* da eleição para um primeiro mandato. Deixamos de lado os ocupados *depois* que os deputados tinham sido eleitos para algum mandato.¹⁶

Tabela 13: Cargos políticos antes da primeira eleição

Cargos Políticos	51ªLegislatura	52ªLegislatura
	N	N
No gov. federal	12	13
No gov. estadual	68	71
N gov. municipal	59	65
Total de deputados	126	135

Obs.: O número de funções públicas exercidas é maior que o de deputados porque vários tiveram mais de uma função.

¹⁵ As diferenças entre as regiões ficarão mais significativas quando examinarmos conjuntamente o grupo dos assessores e chefes de gabinete e o grupo dos que iniciaram a vida profissional pela atividade política remunerada.

¹⁶ Na 51ª Legislatura, houve oito casos (num total de 135 deputados) em que não conseguimos ter certeza do momento da ocupação de um dos cargos, se antes ou depois da primeira eleição. Na 52ª Legislatura, houve seis casos assim (num total de 127).

No total, na 51ª Legislatura, foram 126 deputados (24,6% da CD) que ocuparam algum posto em governo municipal, estadual ou federal *antes* do primeiro mandato: na 52ª foram 135 (26,3%). São funções de governo que indicam uma aproximação com a vida política antes da primeira eleição vitoriosa, ou seja, uma iniciação na vida política decorrente da ocupação de uma função na administração pública. Na imensa maioria das vezes, trata-se de secretarias estaduais ou municipais. Na CD da 51ª Legislatura, em 127 casos, os deputados ocuparam o cargo de secretários municipais ou estaduais (24,7%). Na 52ª, o mesmo ocorreu em 136 casos (26,5%).

Tal como nos casos dos assessores e chefes de gabinete, as secretarias são distribuídas por razões políticas pelos chefes dos Executivos, ou seja, governadores e prefeitos. Como já observamos, a nomeação para esses postos foi *anterior* à obtenção de um primeiro mandato pelos ocupantes desses postos. Entre a indicação e a obtenção de um mandato eletivo, correu certo lapso de tempo, em geral anos. Não se trata, pois, de uma situação igual à dos assessores e chefes de gabinete que ocuparam essas funções por um tempo curto e daí saíram para disputar um mandato, geralmente no poder Legislativo.

Essas funções de secretários de governo envolvem fortemente um aspecto administrativo e político: por um lado, requerem certa competência e capacidade técnica e, por outro, ajudam a tornar familiar a figura dos ocupantes dos cargos e ajudam na obtenção de apoio no interior da própria classe política. Mas é difícil calcular, em comparação com outros trunfos, qual a importância relativa desses cargos para o êxito eleitoral posterior. Trata-se de uma via de qualificação política que não passa pelas portas de entrada habituais. Mais especificamente: pelo uso de recursos financeiros, por sindicatos, por associações de classe, pelo movimento estudantil, por alguma ONG, pela atividade partidária, pela popularidade obtida em outros campos profissionais (meios de comunicação de massas, pregação religiosa, proezas esportivas, prestígio intelectual, chefia de movimentos reivindicatórios etc.).

Esses cargos são valorizados não apenas em razão de vantagens materiais, lícitas ou ilícitas. Ocorre que eles colocam seus ocupantes em posição privilegiada para a disputa de um mandato. Os que fazem parte dos círculos políticos mais íntimos sabem bem das renhidas disputas *intramuros* que costumam preceder a nomeação para uma dessas funções, disputas que frequentemente acabam vazando para as ruas e expondo as fraturas

partidárias internas. O exame da lista dos nomes que vieram a ocupar posteriormente posições de destaque na política brasileira, tendo passado antes por secretarias de governo, sugere que o exercício dessas funções desempenha um papel importante para alargar e alicerçar as ambições políticas subsequentes.

Ocorre que a ocupação desses cargos executivos já significa colocar um pé na classe política, um primeiro passo para a ascensão a patamares mais altos dos escalões do poder. Mas talvez o lucro político mais importante decorrente da passagem por uma secretaria de governo venha da maior familiarização com o mundo político, da construção de uma rede de apoio que vem da prestação de favores aos chefes locais, da distribuição de recursos seletivos e coletivos para cabos eleitorais e para uma clientela mais ampla de simpatizantes que favoreça a continuidade do projeto político.

A distribuição dos partidos pelos quais se elegeram os deputados que foram secretários é ampla e partidariamente variada. Sua tabulação nos pareceu inútil porque os resultados se correlacionariam fortemente com o número de municípios e Estados controlados por determinada legenda ao longo de muitos anos. Além disso, a tabulação poderia estar muito contaminada pelas sucessivas mudanças de legenda. O controle de um viés dessa natureza exigiria um tempo que não compensaria o resultado. Adiantamos apenas que a grande maioria dos deputados que tiveram cargo público importante por indicação política antes de eleitos vem, como é lógico, dos grandes partidos, basicamente do PFL, do PMDB e do PSDB, que controlaram um número mais elevado de administrações públicas.

O magistério

Tal como na 51ª Legislatura, os professores (ou os ex-professores) formam o quarto maior grupo de ocupações e profissões na Câmara eleita em 2002.¹⁷ No conjunto, entre os deputados que vieram do magistério, não houve modificação relevante entre as duas legislaturas: foram 81 casos na CD eleita em 1998 (15,8%) e 86 (16,8%) na eleita em 2002, crescimento de

¹⁷ Foram incluídos no grupo dos professores (ou ex-professores) os deputados que foram docentes de instituições públicas ou privadas, dos ensinos fundamental e médio, do ensino superior e de cursinhos. Já os proprietários de estabelecimentos de ensino foram incluídos no grupo dos empresários.

6,2%, mas que vem somar-se às outras pequenas mudanças que vão na direção da “popularização” da composição social da Câmara e, ao que tudo indica, do sistema político brasileiro.¹⁸

Os parlamentares que vieram do magistério superior, público ou privado, são ampla maioria no bloco dos ex-docentes na CD. São sessenta casos na 51ª (11,7%) e 61 na 52ª (11,9%), fato indicativo de que, em comparação com seus colegas de nível inferior, os que vieram do ensino superior possuem mais trunfos para a entrada e ascensão na política brasileira: redes de apoio familiar e político, recursos financeiros, visibilidade social, acesso aos meios de comunicação de massas, postos no aparelho de Estado que facilitam a carreira política etc. Apesar disso, o forte crescimento do grupo dos professores veio dos níveis inferiores. No cotejo entre as duas eleições, o número de deputados vindos do ensino médio e fundamental público aumentou de nove para 17, quase dobrou, fato que novamente vai a favor do aumento do espaço da classe média na CD.

Tabela 14: Professores por setor e nível de ensino

Setor de ensino	51ª Legislatura	52ª Legislatura
	N	N
Superior público	37(45,7%)	34(39,5%)
Superior privado	23(28,4%)	27(31,4%)
Colegial público	5(6,2%)	10(11,6%)
Colegial privado	3(3,7%)	3(3,5%)
Fundamental público	–	1(1,2%)
Fundamental privado	–	–
Cursinho público	1(1,2%)	–
Cursinho privado	2(2,5%)	3(3,5%)
En. fund.e/ou médio (rede pública)	4(4,9%)	6(7,0%)
Sem identificação	6(7,4%)	2(2,3%)
Total de professores	81(100%)	86(100%)

¹⁸ O pessoal docente, nos países latinos principalmente, tem forte tradição de ativismo político. Na França, a presença de professores foi bem maior do que no Brasil. Em 1981, um deputado em cada três vinha do magistério. “A expressão ‘República dos professores’ não era, portanto, exagerada”, como diz Mattei Dogan em seu ensaio “Les Professions Propices à la Carrière Politique. Osmose, Filières et Viviers”, em: Michel Offerlé (org.), *La Profession Politique. XIXe.-XXe. Siècles* (Paris: Belin, 1999), p. 180.

Dissemos que o aumento da proporção de professores no interior da CD, ainda que pequeno, pode ser tomado, de modo geral, como mais um indicador do aumento do espaço ocupado pelas classes médias na política. Mas convém relativizar essa avaliação, que, em vários casos, pode não ser correta. Na realidade, quando não se tem outros dados sobre renda e patrimônio dos políticos que eram professores e sobre o tipo de instituição educacional em que estavam empregados (ensino superior ou elementar, rede pública ou privada, principalmente), a avaliação do *status* social apenas com base na definição profissional de “professor” (constante dos perfis biográficos dos deputados) requer ao menos duas observações restritivas.

A primeira vem das próprias diferenças existentes no interior dessa categoria profissional: docentes das grandes universidades, por um lado, e docentes do ensino elementar público, por outro, por exemplo. Os primeiros, numa separação esquemática, poderiam ir para classe média alta ou mesmo alta, embora não necessariamente milionária; os segundos, para a classe média baixa. É para esses que a aquisição de uma cadeira na CD significa ascensão social mais pronunciada.

A segunda observação vem do fato de a atividade docente poder ser exercida com outras, frequentemente mais rendosas, como a medicina ou a advocacia, o que eleva a renda do “professor”, pois o magistério é uma das ocupações que com mais facilidade pode ser exercida concomitantemente com outras, como a advocacia, medicina e o emprego no setor público.¹⁹ A atividade docente em universidades importantes, que não impeça a manutenção de funções públicas elevadas (por exemplo, professor numa faculdade de direito e juiz; atividade médica com consultório particular e professor numa faculdade de medicina), situa os que conseguem conjugar as duas atividades no grupo de classe alta, ou mais exatamente na facção da classe alta de elevado capital intelectual, social e cultural, em alguns casos levando esses profissionais liberais para o grupo das pessoas de altíssimo

¹⁹ Para fins de tabulação, todas as profissões ou ocupações exercidas foram assinaladas. Na 52ª Legislatura, houve 34 casos de deputados que, antes de entrar para a política, acumulavam o magistério com outras ocupações. Não foi possível identificar, na 52ª Legislatura, dois casos de parlamentares que declararam apenas “professor” como profissão, sem que fosse possível localizar o nível do magistério. Na 51ª Legislatura, houve o mesmo em seis casos.

capital econômico. A dupla atividade profissional amplia as bases potenciais de captação de votos e aumenta a legitimidade e a qualificação para entrar “por cima” na classe política.

Desse modo, essas qualificações profissionais, e provavelmente intelectuais e culturais, tendem a fazer desses profissionais de atividade múltipla “personalidades” importantes cuja adesão a um partido é procurada para valorizá-lo. São figuras que correspondem aos antigos “notáveis” das fases que antecedem a política de massas e que, justamente por sua notabilidade, tendem a ficar menos dependentes de um partido e de um sindicato profissional. Podem ter, portanto, uma entrada que os cientistas políticos classificam de lateral. Já para os professores do ensino elementar e da rede pública, de *status* social muito mais baixo, a militância sindical (e também partidária) dificilmente pode ser dispensada como trampolim de entrada para a vida pública.

Desse modo, a presença de ex-professores na CD só é efetivamente um bom indicador de popularização do corpo político quando se focalizam os deputados que vieram do ensino público fundamental e colegial e, especialmente, dos que tinham apenas a atividade docente como ganha-pão. (No caso da pesquisa, trata-se dos deputados que, em sua biografia, indicaram apenas o magistério como profissão.)

Tendo-se essas observações como pano de fundo, os dados sobre valor do patrimônio dos deputados que vieram do magistério indicam que os ex-professores têm geralmente patrimônio modesto, ao menos antes de entrar para a classe política.²⁰ Como salientamos, na 52ª Legislatura encontramos 17 casos de deputados que foram professores da rede pública do ensino fundamental ou médio. Desses, 13 declaram apenas a docência como atividade profissional. Considerando-se a existência de uma única

²⁰ Na pesquisa sobre a composição sócio-profissional da Câmara eleita em 1998, 44% dos deputados vindos do magistério estavam na faixa de baixo patrimônio (menos de R\$ 200 mil); 24% na de médio-baixo (de R\$ 200 mil a menos de R\$ 500 mil); 27% na de médio-alto (de R\$ 500 mil a R\$ 2 milhões) e 4% na de alto patrimônio (mais de R\$ 2 milhões). No outro extremo, 38% dos deputados vindos do setor empresarial estavam na faixa de alto patrimônio, e somente 7%, na faixa de baixo patrimônio. Os 6% de profissionais liberais que tinham patrimônio elevado eram também empresários. (Os valores patrimoniais referem-se ao ano de 1997.) Ver Leôncio Martins Rodrigues, *Partidos, Ideologia e Composição Social* (São Paulo: Edusp, 2002), p. 89.

fonte de renda e os baixos salários no ensino público fundamental e médio, provavelmente esses deputados poderiam ser situados sociologicamente num dos segmentos de classe média baixa, com alguma inconsistência de *status*: escolaridade relativamente elevada e renda baixa. Trata-se de uma combinação que, em geral, ocasiona incongruência de *status* e predispõe ao radicalismo político.

Não por acaso, 11(65% do total de ex-docentes do setor, ensino fundamental ou médio) haviam sido eleitos pela legenda do PT e um pelo do PC do B. Todos foram sindicalistas antes de serem eleitos pela primeira vez para um cargo eletivo.²¹ Na legislatura anterior, eram nove casos, aumento que novamente vai a favor da confirmação da popularização da classe política brasileira.²²

Por fim, mais uma observação sobre a participação regional do grupo de parlamentares que tinham sido professores. Tal como exposto na tabela seguinte, não existe relação entre as variáveis “proporção de ex-docentes nas bancadas regionais” e variáveis socioeconômicas. Observando-se a proporção de deputados que foram professores nas bancadas de cada grande região, nota-se que no Sudeste cerca de 20% da bancada estava composta por políticos que iniciaram sua carreira vindos do magistério. Mas o Sudeste é suplantado pelo Centro-Oeste, onde os ex-professores chegaram a pouco menos de 29% da bancada regional nas eleições de 2002.

Por outro lado, o Nordeste, que possui péssimos indicadores de desenvolvimento socioeconômico, tem quase a mesma proporção de ex-professores do que o Sul. Em outros termos: nesse nível de agregação dos colégios eleitorais estaduais, não se percebe uma linha que relacione a maior ou menor participação de ex-professores com níveis de

²¹ Todos os cinco casos de deputados que foram professores do ensino fundamental e médio da rede pública *sem outra atividade profissional* tinham baixo patrimônio pessoal, segundo declaração aos tribunais eleitorais de seus Estados para as eleições de 1998. São estes os casos: Gilmar Machado (MG), Iara Bernardi (SP), Professor Luizinho (SP), todos reeleitos em 2002 pelo PT. A eles deve-se acrescentar: Eduardo Seabra (AP), eleito pelo PTB, e Paulo Baltazar (RJ), eleito pelo PSB. Quase não seria necessário enfatizar que não estamos associando dimensão de patrimônio com maior eficiência, padrões éticos ou qualquer outra característica negativa ou positiva dos que estão na vida política.

²² Na França, no começo do século 20, os professores da rede pública se dividiam entre o Partido Radical e o Partido Socialista. Em meados desse século, entre o Partido Socialista e o Partido Comunista (Manei Dougan, op. cit., p. 179).

desenvolvimento econômico e social. Nossa hipótese aqui é que as variações nas dimensões dos grupos ocupacionais e profissionais nas bancadas regionais têm relações mais fortes com os resultados eleitorais obtidos pelos diversos políticos que vêm do setor de ensino.²³

Tabela 15: Professores por região

Região	51ª Legislatura	52ª Legislatura
	N	N
Norte-65 cadeiras	13(20%)	11(16,9%)
Nordeste-151 cadeiras	14(9,3%)	16(10,6%)
Sudeste-179 cadeiras	36(20,1%)	37(20,7%)
Sul-77 cadeiras	8(10,4%)	10(13%)
C.-Oeste-41 cadeiras	10(24,4%)	12(29,3%)
Total na CD	81(15,8%)	86(16,8%)

Conclusão

Em conjunto, os quatro grandes grupos profissionais e ocupacionais — empresários, profissionais liberais, funcionários do setor público e professores — formam, de longe, os principais celeiros de abastecimento da classe política brasileira. São atividades profissionais muito diferentes entre si, mas que têm em comum horários flexíveis e controle do próprio tempo de trabalho (às vezes, poucas horas), proporcionando mais tempo para reuniões, conchavos, contatos com potenciais eleitores, cabos eleitorais e políticos, formação de uma rede de apoio (aí incluída a obtenção de suporte financeiro), militância pessoal em alguma associação ou organização de representação de interesses. Além disso, os que exerciam essas profissões encontram mais facilmente apoio corporativo (sindicatos e associações profissionais, especialmente) indispensável para os que vêm das classes

²³ Uma investigação mais acurada dessas relações causais necessitaria preliminarmente desagregar as grandes regiões pelos Estados que as compõem e investigá-las individualmente, uma vez que as circunscrições eleitorais estaduais são bem diferentes entre si, como é o caso na região Sudeste, de São Paulo, por um lado, e Espírito Santo, por outro. Diferenças entre Rio de Janeiro e Minas Gerais são também muito pronunciadas, como aliás acontece entre quase todas as unidades da Federação que compõem as grandes regiões. Contudo, o esforço para localizar as correlações entre a importância de certas categorias profissionais e ocupacionais na CD e as características socioeconômicas dos respectivos colégios eleitorais nos afastaria demasiadamente do objeto desta pesquisa.

médias ou trabalhadoras e não dispõem de recursos financeiros para o financiamento de uma campanha.

O tipo de trampolim para a profissão política, obviamente, varia de acordo com os trunfos individuais de cada candidato: classe social, profissão, idade, sexo, religião, etnia etc. Do ponto de vista institucional, pode ser um sindicato patronal ou de empregados, uma associação esportiva, um diretório estudantil, uma ONG de defesa da natureza, de uma minoria (mulheres, homossexuais, etnia etc.), enfim, qualquer entidade que legitime a pretensão do futuro político de pedir voto como futuro representante do setor, ou seja, apoio para a conquista de um mandato de representante do povo.

Em princípio, as chances de aumento do número de deputados originários de um dado meio são tanto maiores quanto maior o número dos membros desses meios sócio-ocupacionais que estão postulando um cargo eletivo, quer dizer, de candidatos potenciais. Portanto, a presença de deputados originados dos quatro grandes grupos socioprofissionais destacados acima pode advir do simples fato da existência de grande número de pessoas dessas ocupações nas listas de candidatos apresentados pelos partidos aos eleitores, um dado quantitativo que, *se todos os demais fatores forem iguais*, eleva a probabilidade de encontrar mais empresários, profissionais liberais, professores e funcionários públicos no grupo dos políticos profissionais.

São essas, pois, atividades que, além da flexibilidade de horários de trabalho e de certas qualificações educacionais, elevam as chances de chegar à “Casa de Todos os Brasileiros”. É possível também, de um ângulo mais psicológico, que sejam ocupações e profissões que despertem mais ambições de participação na vida política, quer dizer, de comando e poder. Muitas outras variáveis são, nesse aspecto, heurísticamente relevantes, mas deixaremos para examiná-las mais tarde, quando tivermos avançado na descrição do perfil das bancadas das 51^a e 52^a Legislaturas e mostrado a contribuição de outros segmentos profissionais na constituição da classe política brasileira.